

Soma:
1/12
[Handwritten signatures and initials]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 Nota introdutória

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA, foi constituído em 27 de Setembro de 1988, com o NIPC 502 061 146. Tem a sua sede no Largo Lar e Centro de Dia, n.º. 3, Sobreiro, freguesia e Concelho de Mafra, e tem como fins principais as Actividades de Apoio Social a Pessoas Idosas, com Alojamento.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

• **Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual se integra o Sistema de normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º. 6726-B/2011, de 14 de Março (Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo: NCRF-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas específico para as Entidades do Setor Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º. 220/2015, de 24 Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do setor não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

• **Continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.



- **Regime da periodização económica (acrécimo)**

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respectivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou Despesa / Pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Créditos a receber», em «Devedores por acréscimos de rendimento. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de «Outras dívidas a pagar», em «Credores por acréscimos de gastos».

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

- **Consistência de apresentação:**

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são: mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESN, ou a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- **Materialidade e agregação:**

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações-financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de



dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

- **Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas."

A entidade adotou pela primeira vez a NCRF-ESNL na preparação do balanço de abertura reportado a 2011, data de transição para a NCRF-ESNL.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", para todos os outros saldos e transacções.

4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCRF-ESNL na selecção e aplicação de políticas contabilísticas e na contabilização de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correções de erros de períodos anteriores, não contemplando as divulgações de alterações nas políticas contabilísticas que ocorrem quando uma entidade adota as NCRF-ESNL pela primeira vez. Por essa razão, os requisitos relativos às divulgações de alterações às políticas contabilísticas não se aplicam às primeiras demonstrações financeiras de uma entidade de acordo com as NCRF-ESNL.

Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) A natureza da alteração na política contabilística;
- b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;
- c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável;
- d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fidedigna e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

5 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 8 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

Beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.



ANEXO
Contas 2018

Data: 14-05-2018

5/12

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

Sónia
ff
ff
ff
ff
ff
ff
ff

31 de Dezembro de 2017					
Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-17

Custo:

Terrenos e recursos naturais					-
Edifícios e outras construções	202.383			-	202.383
Equipamento básico	183.481	850		-	184.331
Equipamento de transporte	65.161			-	65.161
Equipamento biológico				-	-
Equipamento administrativo	32.526	4.528		-	37.054
Outros activos fixos tangíveis				-	-
	483.551	5.378	-	-	488.929

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	174.311	5.123		-	179.434
Equipamento básico	164.988	4.519		-	169.507
Equipamento de transporte	62.713	2.448		-	65.161
Ferramentas e utensílios	3.120	531		-	3.651
Equipamento administrativo	38.258	1.277		-	39.534
Outros activos fixos tangíveis				-	-
	443.390	13.896	-	-	457.286

Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-18
--------------------	----------------------	--------	--------------	------------	--------------------

Custo:

Terrenos e recursos naturais					-
Edifícios e outras construções	202.383			-	202.383
Equipamento básico	184.331	6.410		-	190.741
Equipamento de transporte	65.161			-	65.161
Equipamento biológico				-	-
Equipamento administrativo	37.054	613		-	37.667
Outros activos fixos tangíveis				-	-
Investimentos em curso		22.831		-	22.831
	488.929	29.854	-	-	518.783

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	179.434	5.123		-	184.557
Equipamento básico	169.507	5.037		-	174.544
Equipamento de transporte	65.161			-	65.161
Ferramentas e utensílios	3.651	531		-	4.182
Equipamento administrativo	39.534	839		-	40.373
Outros activos fixos tangíveis				-	-
	457.286	11.530	-	-	468.816

Sónia J.
6/12
[Handwritten signatures]

6 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", a variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidas como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento e desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorrem da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros crescem ao valor das Propriedades de Investimento.

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	
Custo:						2.450
Terrenos e recursos naturais	2.450					18.691
Edifícios e outras construções	18.691					-
Equipamento básico						-
Equipamento de transporte						-
Equipamento biológico						-
Equipamento administrativo						299
Outras Propriedades de Investimento	299					22.831
Investimentos em curso		22.831				44.272
	21.440	22.831				

7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido represente o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

	31-Dez-18	31-Dez-17
Mercadorias	-	-
Materias Primas e de Consumo	4.723	6.026
	4.723	6.026



sonia J.
7/12
[Handwritten signatures]

8 Subsídios do Governo e Outros Apoios

Subsídios do Governo: são auxílios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade. Excluem as formas de apoio do Governo às quais não possa razoavelmente ser-lhes dado um valor e transações com o Governo que não se possam distinguir das transações comerciais normais da entidade.

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-18	31-Dez-17
ISS, IP - Centro Distrital		
Lares	160.927	157.462
Centro de Dia	20.367	19.928
Coop. Vagas R S Social	21.130	19.389
Complemento p/ Lar de Idosos	2.642	9.294
ISS, IP - CNP Subs Funeral	2.457	
Entidades Mediadoras FEAC	2.152	
IEFP - Estagio Nivel 4	8.233	
IEFP - POC	13.384	2.372
	<u>231.293</u>	<u>208.445</u>

Subsídios relacionados com ativos: são subsídios do Governo cuja condição primordial é a de que a entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos a longo prazo. Podem também estar ligadas condições subsidiárias restringindo o tipo ou a localização dos ativos ou dos períodos durante os quais devem ser adquiridos ou detidos.

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Instituição reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-18	31-Dez-17
PIDDAC	2.245	2.245
MASES	242	242
DOAÇÕES	3.772	3.772
	<u>6.259</u>	<u>6.259</u>

9 Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que o CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direcção informa que a situação do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

ff
 f
 f
 f
 f

10 Outras Informações

Fluxos de caixa

Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2018 e no final do período transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

	31-Dez-18	31-Dez-17
Numerário	107	575
Depósitos bancários	253.850	245.536
Instrumentos financeiros		
Caixa e seus equivalentes	253.957	246.111

Fluxos de caixa

Recebimentos de utentes referentes às mensalidades.

Pagamentos a fornecedores

Pagamentos a colaboradores, inclui enfermeiros e médico.

Outros pagamentos e recebimentos, inclui as retenções de IRS e Segurança Social e respectivos pagamentos à segurança social da parte correspondente à Instituição, como entidade empregadora.

Recebimentos de Juros de depósitos e aplicações financeiras.

Doações referentes aos donativos exclusivamente em numerário.

Juros e gastos similares.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" no ativo e no passivo apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Fornecedores c/c	6.127	-
Adiantamento a fornecedores	250	250



ANEXO Contas 2018

Data: 14-05-2018

9/12

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	6.905	3.964
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	-	-
	6.905	3.964
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.318	2.512
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	8.399	7.526
Tributos das autarquias locais	-	-
Outras tributações	72	-
	10.789	10.038

Outros ativos correntes / outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos das outras dívidas a pagar e dos créditos a receber do activo e passivo foram como segue:

IGFSS	27.010	30.830
IEFP	5.557	-
Outras Entidades ISS FEAC	1.685	-
Gastos pluriennais a reconhecer	-	-
	34.252	30.830
Passivo		
Subsidios para Investimento	-	-
Estimativa com Férias do Pessoal	52.452	51.745
Estimativa Eletricidade;Água;Outros	2.606	2.150
Rendimentos diversos a reconhecer	-	-
	55.059	53.895

Outras dívidas a pagar (Adiantamentos de clientes)

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Adiantamentos de clientes e utentes" no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Adiantamento de clientes e utentes	4.977	5.988
	4.977	5.988



ANEXO Contas 2018

Data: 14-05-2018

Sonia J.
10/12
[Handwritten signatures and initials]

Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestações de serviços	392.871	-	392.871	368.494	-	368.494
	<u>392.871</u>	<u>-</u>	<u>392.871</u>	<u>368.494</u>	<u>-</u>	<u>368.494</u>

Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Subcontratos		
Serviços especializados	40.243	36.632
Materiais	4.156	3.217
Energia e fluídos	22.832	17.143
Deslocações, estadas e transportes	459	109
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres		
Comunicação	2.497	1.708
Seguros	2.477	1.919
Royalties		
Contencioso e notariado		
Limpeza Higiene e Conforto	26.872	20.339
Medicação	189	136
Outros serviços	4.585	3.812
	<u>104.308</u>	<u>85.015</u>

Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	325.080	303.899
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	401	-
Encargos sobre remunerações	70.594	67.153
Seguros	5.582	2.981
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	14.372	11.028
	<u>416.029</u>	<u>385.061</u>

O número médio de empregados do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA no período de 2018 foi de **30** e no exercício de 2017 de **29**.



ANEXO Contas 2018

Data: 14-05-2018

soia
11/12
JK
A
+

Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	545	681
Recuperação de dívidas	4695	3.483
Ganhos em Inventários	0	0
Outros rendimentos e ganhos	0	0
Correções relativas a períodos anteriores	0	0
Imputação de subsídios ao Investimento	2.487	2.487
Restituição de impostos		1.602
Donativos em Numerário	5.374	7.727
Donativos em Espécie	17.361	21.032
Outros não especificados	1.020	943
Rendimentos e ganhos investimentos n/financeiros Rendas	2.820	2.820
	34.302	40.775

Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Impostos	1.537	1.982
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	11.825	12.766
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas		
Donativos em Espécie	12.222	15.844
Quotizações	355	185
Outros gastos e perdas	2.464	4.698
Multas e Penidades	146	102
	28.548	35.577

Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	11.530	-	11.530	13.896	-	13.896
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	11.530	-	11.530	13.896	-	13.896



**ANEXO
Contas 2018**

Data: 14-05-2018

12 / 12

Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos obtidos	550	1.704
Diferenças de câmbio	-	-
Juros de outros financiamentos concedidos	-	-
	<u>550</u>	<u>1.704</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos		
Diferenças de câmbio		
Outros gastos e perdas de financiamento	45	55
	<u>45</u>	<u>55</u>
Resultados das operações de financiamento	<u><u>595</u></u>	<u><u>1.759</u></u>

O Contabilista Certificado:



Sonia Jesus

A Direção:

Luís António Petulante
João José Gomes de Sousa
João António Pedro W.
Manoel António L. W.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA - LAR DO SOBREIRO

Balanço individual em 31 de dezembro de 2018

Moeda: EUR

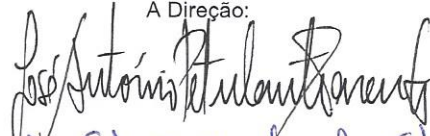
RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	56.885,11	38.560,36
Propriedades de investimento	6	21.440,10	21.440,10
Investimentos financeiros		705,43	4.149,07
		79.030,64	64.149,53
Activo corrente:			
Inventários	7	4.723,35	6.025,82
Adiantamentos a fornecedores	10	250,00	250,00
Estado e outros entes públicos	10	6.905,44	3.963,91
Outras contas a receber	10	34.252,23	30.829,96
Caixa e depósitos bancários	10	253.957,17	246.111,28
		300.088,19	287.180,97
Total do activo		379.118,83	351.330,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		40.613,37	40.613,37
Resultados transitados		187.200,82	153.291,83
Outras variações nos fundos patrimoniais		47.336,43	53.595,35
Resultado liquido do período		25.863,14	33.908,99
Total do fundo de capital		301.013,76	281.409,54
Passivo:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	10	6.126,78	
Adiantamentos de clientes	10	4.977,23	5.987,93
Estado e outros entes públicos	10	10.789,40	10.037,78
Outras contas a pagar	10	56.211,66	53.895,25
		78.105,07	69.920,96
Total do passivo		78.105,07	69.920,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		379.118,83	351.330,50

NIF: 502 061 146

O Técnico Oficial de Contas:


 Sonia Jesus
 Sonia J.

A Direção:


 José António Pêlamo Pereira
 para o Sr. João Paulo de Lencastre
 e Sr. Luís Paulo W.
 Recebido em 31/12/2018

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MAFRA - LAR DO SOBREIRO

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	10	392.871,21	368.493,80
Subsídios doações e legados à exploração	8	231.293,43	208.444,97
Trabalhos para a própria entidade		609,74	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-73.304,21	-66.040,39
Fornecimentos e serviços externos	10	-104.308,08	-84.878,88
Gastos com pessoal	10	-416.029,06	-385.060,94
Outros rendimentos e ganhos	10	34.302,16	40.774,62
Outros gastos e perdas	10	-28.547,82	-35.576,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.887,37	46.156,62
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	10	-11.529,73	-13.896,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.357,64	32.260,30
Juros e rendimentos similares obtidos	10	550,00	1.703,89
Juros e gastos similares suportados	10	-44,50	-55,20
Resultado antes de impostos		25.863,14	33.908,99
Resultado líquido do período		25.863,14	33.908,99

NIF: 502 061 146

O Técnico Oficial de Contas:



Sonia Jesus

A Direção:

António Petulante
Presidente do Conselho de Administração
Assinatura do Presidente



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO	2018	(1)
NISS	20003427871	
NIPC	502061146	

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)	
					1.º ANO 3.º ANO (5)	4.º ANO 5.º ANO (6)	6.º ANO 7.º ANO (7)	7.º ANO 8.º ANO (8)	8.º ANO 9.º ANO (9)	A débito (10)	A crédito (11)	Outros débitos e créditos (12)		ANO N (13)
593	SUBSÍDIOS													
59311	PIDDAC Subsídio para Edifício Lar 1.º Andar	2000	44.893,56			2.244,68				4.489,32	2.244,68			0,00 2.244,64
5932	***													
59321	OUTROS													
#####	MASES - EDIFÍCIO Lar e Centro de Dia MST Sadi, Ria, Portas Corta Fogo - Edif Lar	2010	12.120,92		242,41					10.181,64	242,41			0,00 9.939,23
4	***													
4332	TOTAL SUBS. PIDDAC+MASES LAR E CENTRO DIA		57.014,48		0,00	0,00	2.244,68	242,41		14.670,96	2.487,09	0,00	0,00	12.183,87
4332	INVESTIMENTO													
4332	Edifício Lar 1.º Andar	2000	74.131,06	5%		3.706,55				7.413,16				3.706,61
4332	MASES - EDIFÍCIO Lar e Centro de Dia	2010	18.250,09	2%				365,00		15.330,09				14.965,09
4332	RAMAL AGUA - EDIFÍCIO Lar e Centro de Dia	2010	595,70	2%				11,91		500,42				488,51
				16,66%										
				33,33%										
***	TOTAL DO INVESTIM - PIDDAC+MASES LAR E CENTRO DIA		92.976,85		0,00	0,00	3.706,55	376,91		23.243,67				19.160,21

e+f+g=<h+i+j+l

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).
As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,



sonic jw s

Prof. António Albuquerque
Per. João Soares de Sa
que Lindy Carvalho
Maria da Graça